

## Portugal não se transformou num "paraíso das drogas"

### João Goulão presidente do IDT assegura em entrevista à Página

João Goulão é o presidente do Instituto da Droga e da Toxicod dependência (IDT). Este médico de 49 anos, licenciado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, começou a trabalhar na área da toxicod dependência em 1987, esteve à frente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência e exerceu, até há pouco tempo, as funções de coordenador para a área da saúde da Casa Pia de Lisboa. Actualmente tem a seu cargo a elaboração do próximo Plano Nacional de Luta contra a Droga.

Nesta curta entrevista, o presidente do IDT explica porque razão considera a actual lei ?um passo importante? mas não uma resposta ao problema na globalidade.

#### Como descreveria a actual situação de Portugal no que se refere ao consumo de drogas ilícitas e às estratégias de prevenção no contexto europeu?

Portugal encontra-se consonante com as tendências actuais mundiais e europeias relativas ao consumo de substâncias psico-activas. Assiste-se a uma alteração nos padrões de consumo, pelo que, se me perguntar se ?o consumo de drogas em Portugal está a aumentar ou a diminuir?, apenas poderei responder-lhe com segurança que está a mudar.

Constatamos uma estabilização, com ligeira diminuição, do consumo de heroína e a um aumento do consumo de substâncias estimulantes como a cocaína e o ecstasy consumidas em contextos recreativos.

Verifica-se uma tendência para o policonsumo ? utilização de várias substâncias lícitas e ilícitas, das quais se destacam o álcool e o tabaco, o haxixe, o ecstasy e a cocaína.

Assistimos nos últimos anos a uma massificação e democratização dos ditos consumos recreativos que ocorrem em grupo, contextualizados numa temporalidade e espaço próprios (tais como bares, discotecas, festas, etc.). Esta massificação dos consumos em extensão e intensidade conduz a um risco individual acrescido de eclosão de problemas, o que nos obriga a pensar, a repensar e a inventar novas formas de chegar às pessoas.

#### Existem críticas de vários sectores sociais relativamente ao modelo de atendimento e de tratamento dos toxicod dependentes, referindo, sobretudo, que a resposta é insuficiente para a dimensão do problema no país. Qual é o seu comentário?

O dispositivo de tratamento dos toxicod dependentes foi sobretudo orientado para os heroinod dependentes. Apesar de alguns sinais positivos (diminuição do número de consumidores muito jovens, estabilização ou ligeiro decréscimo em termos absolutos), podemos dizer que o problema está longe de poder ser considerado resolvido.

Para boa parte desta população, os programas de substituição opiácea (metadona, buprenorfina) constituem a única abordagem capaz de produzir mudança, pelo menos num primeiro tempo. Podem pelo menos constituir uma plataforma de equilíbrio, de onde, num segundo tempo, se pode partir para outro tipo de programas. Muitos destes utilizadores são mesmo incapazes de procurar ajuda, pelo que é necessário sermos pró-activos, ir ter com eles onde se encontram e com a oferta de condições que lhes permita recuperar a sua dignidade e a capacidade de fazer escolhas.

As estratégias de ?redução de danos?, que têm estes objectivos e que começaram a ser desenvolvidas na metade final dos anos 90, sofreram nos últimos anos uma desaceleração que conduziu a atrasos que vamos tentar reparar. Por outro lado, surge com frequência a ideia de que temos de adequar o dispositivo ao tratamento de utilizadores de haxixe, ecstasy ou ainda de outras substâncias que aparecem de forma mais ou menos episódica. Esta parece-me uma ideia fantasiosa porque os utilizadores destas substâncias, de uma forma geral, não pedem ajuda pela simples razão de que não sentem estes consumos como problemáticos. Nos casos em que tal acontece e motivam sofrimento psíquico ou físico, as estruturas de tratamento estão, de facto, apetrechadas para dar resposta.

#### Que balanço faz da política descriminalizadora tomada em seguimento da lei de Julho de 2001 no que se refere aos consumidores?

Assumindo o Estado Português a toxicod dependência como uma doença do comportamento tornava-se imperativo um enquadramento legal que fosse consonante com essa visão da problemática.

No que diz respeito às medidas tomadas relativas à operacionalização da lei, nomeadamente a criação das Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência, considero que constituem um passo importante na intervenção dissuasora, mas não respondem ao problema na sua globalidade. Estão a ser reavaliadas, com vista a uma maior operacionalidade.

Quanto às consequências catastróficas da descriminalização que alguns previram, nomeadamente a transformação

de Portugal num paraíso das drogas, creio que o lapso de tempo já decorrido nos permite afirmar que tal não se verifica.

**O modelo holandês de abordagem à questão das drogas ilícitas é muitas vezes criticado, tanto a nível da União Europeia como no contexto internacional. Qual é a sua opinião? Concorda com a venda livre das chamadas "drogas leves" e com a distribuição controlada de drogas duras em casos muito específicos?**

Embora discorde da terminologia (drogas leves e duras), parece-me que a tentativa de separação de mercados, tendo como objectivo a diminuição do uso de drogas "duras" à custa da facilitação do acesso às drogas "leves", não foi conseguido. Na prática, parece ter havido um aumento de consumo de todas as drogas e, nessa medida, a experiência parece não ter sido bem sucedida.

Quanto à "distribuição controlada de drogas duras", nomeadamente o uso terapêutico de heroína, parece-me uma medida correcta em determinados casos, quando se verifica ser essa a única forma de proporcionar ao indivíduo uma melhor qualidade e esperança de vida.

Mais do que centrarmo-nos nas substâncias, o caminho na intervenção será centrarmo-nos no indivíduo e na concretização de respostas integradas, adequadas às suas necessidades e às diferentes dimensões do problema.

Entrevista conduzida por **Ricardo Jorge Costa**